

ATENÇÃO APOSENTADOS! Para não ter seus proventos bloqueados, não se esqueça de fazer o recadastramento (comprovação de vida) no mês do seu aniversário, no banco em que você recebe!

Filiado a:



Governo Bolsonaro coloca serviço público na mira

Plano “Mais Brasil” ameaça salários, investimentos e estabilidade do servidor público. PECs iniciam a anunciada Reforma Administrativa

Págs. 4 e 5

Balanco das atividades

Sindicato promove reuniões em locais de trabalho entre janeiro e novembro de 2019. Proximidade com a base é compromisso da gestão

Pág. 6

Reforma da Previdência

Novas alíquotas de contribuição serão cobradas a partir de março de 2020. Confira tabela e descubra o seu percentual com base no seu salário

Pág. 7

Opinião

Governo entrega mais um pacote antipovo e de Estado mínimo. Governo pretende suspender novos concursos. Por Carlos Pompe

Pág. 6

EDITORIAL

O ano de 2019 foi de resistência. Logo no início da gestão de Jair Bolsonaro, sua equipe econômica já mostrou a que veio. O objetivo deles é aprofundar o abismo entre ricos e pobres e transformar o estado brasileiro, cada vez mais, em uma estrutura de transferência de renda, como um Robin Hood às avessas. O dinheiro dos impostos vai direto para as contas milionárias dos empresários e rentistas.

A Previdência Social, um dos maiores direitos dos brasileiros, foi dilapidada e reduzida, atendendo a interesses dos bancos e dos programas de previdência privada. Hoje o povo está entregue a própria sorte, mesmo depois de uma vida inteira de trabalho.

A opção do Ministro da Economia, Paulo Guedes, foi atacar os direitos do povo em detrimento de corrigir uma perversa política de pagamento de juros e amortizações da dívida pública brasileira, que consome mais da metade do nosso orçamento, ano após ano.

A política de dismantlemento do Estado e dos serviços públicos não parou por aí. Um violento corte de verbas na educação fez com que diversas universidades e institutos federais em todo o país acumulassem dívidas. Em alguns locais

“
O dinheiro dos
impostos dos
contribuintes vai
direto para as
contas milionárias
dos empresários e
rentistas.

o resultado foi a interrupção do fornecimento de energia. Mesmo a posterior liberação dessas verbas não solucionou o problema, uma vez que ainda restaram diversos juros e multas provenientes dos atrasos.

O governo mostrou também que não descansará enquanto não acabar com o ensino público e gratuito no país. A apresentação do programa Future-se pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, é um ataque frontal a autonomia universitária. Com ele, as gestões das Instituições Federais de En-

sino (IFEs) serão administradas por Organizações Sociais (OSs). Esse é um modelo conhecido e reprovado pelos goianos, que sofrem nas unidades de saúde cujas gestões foram terceirizadas.

Agora, o governo federal ataca diretamente o serviço público com o que ele chama de plano Mais Brasil: três Propostas de Emendas a Constituição que permitem a redução de salários, impedem investimentos, ameaçam a estabilidade, entre outras.

Atacar o serviço público e os(as) seus trabalhadores(as) é atacar os direitos do povo. Não podemos permitir esse desmonte! Mais uma vez o governo nos coloca na mira dos seus ataques. É hora de reagir!

Reforma da Previdência já é alvo de quatro ações no STF

Promulgada na semana passada, a emenda constitucional da reforma da Previdência é contestada por quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). Os questionamentos, com pedido de liminar, foram apresentados por associações de defensores públicos, magistrados e integrantes do Ministério Público.

Os casos serão relatados pelo ministro Luís Roberto Barroso. A eventual derrubada de algum dos dispositivos da reforma impactará a economia de R\$ 800 bilhões estimada pelo governo para os próximos dez anos com as novas regras do sistema previdenciário.

Veja quais pontos as entidades tentam derrubar:

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) questiona, na ADI

6254, dispositivos que instituem contribuição previdenciária extraordinária e alíquotas progressivas, que revogam regras de transição anteriores, que anulam aposentadorias já concedidas com contagem especial de tempo e que dão tratamento diferenciado às mulheres do regime próprio e do regime geral de Previdência no que diz respeito ao acréscimo no benefício de aposentadoria.

Cinco entidades de classe – Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) – assinam as ADIs 6255 e 6256.

As associações alegam que a progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária a que seus filiados estão sujeitos (entre 14% e 19%) tem impacto desproporcional em seus subsídios sem que tenham sido criados benefícios correspondentes ao “abusivo aumento”. As entidades pedem liminar para suspender as alíquotas progressivas e a possibilidade de instituição de tributo extraordinário ou ampliação a base contributiva das aposentadorias e pensões.

Na segunda ação, as cinco entidades questionam o dispositivo que considera nula a aposentadoria que tenha sido ou que venha a ser concedida por Regime Próprio de Previdência Social com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência Social. Para as associações, é preciso abrir exceção para os casos de averbação de tempo de

serviço previstos em leis específicas ou anteriores à Emenda Constitucional 19/1998, que, por expressa disposição constitucional, equivale a tempo de contribuição.

Apresentada por último, a ADI 6258, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), pretende derrubar as alíquotas progressivas, a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas sobre o valor dos proventos que superem o salário mínimo quando houver déficit atuarial e a previsão de instituição de contribuição extraordinária para os servidores públicos federais em caso de déficit. A Ajufe sustenta que as alterações afrontam a Constituição Federal e as bases do sistema da Previdência Social.

Fonte: Congresso em Foco, com informações de STF

OPINÃO

Orçamento do MEC para 2020 confirma que Bolsonaro é inimigo da educação pública

Por Francisca Rocha*

Como podemos perceber, 2020 nem chegou e já entra no calendário de lutas de quem acredita na educação pública de qualidade, gratuita, inclusiva e laica como forma de elevar o patamar da vida e de consciência da classe trabalhadora para o país crescer com justiça, liberdade, diversidade e respeito aos direitos humanos.

O orçamento previsto para o Ministério da Educação (MEC) para 2020 sofreu corte de 17%, caindo de R\$ 121,9 bilhões em 2019 para R\$ 101,2 bilhões no ano que está prestes a se iniciar. Em 2018, o MEC dispunha de uma verba de R\$ 108 bilhões, bem menos do que em 2017, que teve um orçamento de R\$ 138,9 bilhões, que em 2016, era R\$ 129,9 bilhões.

Os números mostram que o golpe de 2016 ocorreu contra a classe trabalhadora e contra a educação. O projeto neoliberal

prevê o fim da educação pública para impedir que as trabalhadoras e os trabalhadores possam mudar de vida através dos estudos.

Mais do que isso, Jair Bolsonaro é o governo da mediocridade, contra o conhecimento, contra a civilização. Por isso, utiliza a estratégia do discurso fácil, da pregação do ódio e da violência como maneira de solucionar os problemas da vida. Só que desse modo aumenta os problemas e não soluciona absolutamente nada.

Disse repetidas vezes que seu desgoverno investiria na educação básica. Mentira. Cortou 54% do orçamento destinado à infraestrutura para a educação básica, que era de R\$ 4 500 milhões em 2019 e passou para 230,1 milhões no ano que vem.

A concessão de bolsas de apoio à educação básica perde 43% em sua dotação orçamentária. Cai de R\$ 793,5 milhões para R\$ 451,7 milhões.



Já a destinação para obras de infraestrutura caiu 30%. Em contrapartida o valor destinado para o Plano Nacional do Livro Didático sobe 24%, indo de R\$ 1,9 bilhão em 2019 para R\$ 2,3 bilhões em 2020. Justamente para beneficiar os empresários do setor.

Como podemos perceber, 2020 nem chegou e já entra no calendário de lutas de quem acredita na educação pública de qualidade, gratuita, inclusiva

e laica como forma de elevar o patamar da vida e de consciência da classe trabalhadora para o país crescer com justiça, liberdade, diversidade e respeito aos direitos humanos.

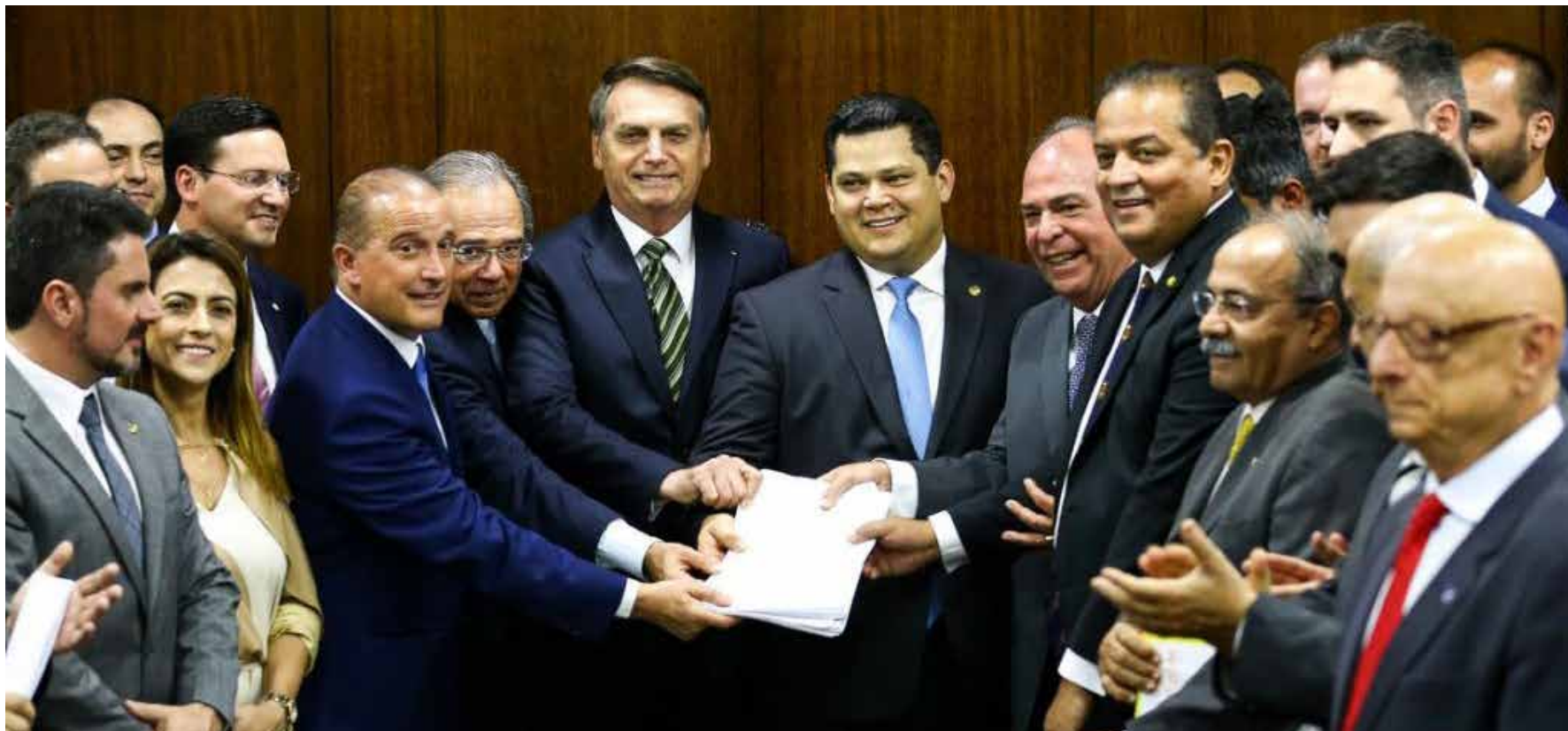
***Francisca Rocha é secretária de Assuntos Educacionais e Culturais do Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e dirigente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB-SP)**



Primeira Greve Geral da educação, realizada no dia 15 de maio. Em Goiânia 20 mil pessoas se reúnem para dizer não aos cortes na educação

EDITORIAL

Plano “Mais Brasil”: novo golpe contra o Servidor Público



O Governo apresentou três propostas de emendas à Constituição, alcunhadas de “emergencial”, do “pacto federativo” e da “revisão dos fundos públicos”.

Conforme consta na página do Ministério da Economia, a PEC “Emergencial” tem como objetivo “a redução de R\$ 12,75 bilhões em despesas obrigatórias”.

Ainda justificou a medida asseverando que “a urgência de aprovar essa PEC se deve à estimativa do Ministério da Economia de que 2020 teria o menor nível de investimento da série histórica.

O que se nota, pelo argumento utilizado em seus meios de comunicação, é que o Poder Executivo pretende extrair recursos do orçamento.

O deslocamento de recursos é o mote da PEC “Emergencial” e a leitura dos dispositivos nela inseridos deixa visível que a rubrica destinada ao pagamento de pessoal foi eleita, primordialmente, para ceder os recursos.

Isto significa que os servidores públicos serão chamados a “contribuir” compulsoriamente, com perdas salariais, para formar o fundo de R\$ 12,75 bilhões que

servirá aos tais “investimentos”.

Já a PEC do “Pacto Federativo”, ainda segundo a nota do Ministério da Economia, “traz medidas de médio e longo prazos que preveem descentralização de recursos”.

Ocorre que, sob o pretexto de maior aporte de recursos a Estados e Municípios, foram inseridos mecanismos de arrocho salarial sobre o conjunto dos

Como o “Mais Brasil” atinge o servidor público

- Possibilidade de redução temporária de jornada de trabalho e de salários (PECs 186 e 188)

- Vedação de qualquer pagamento retroativo de verba devida a servidor (PECs 186 e 188)

- Vedação ao pagamento de qualquer verba concomitantemente a subsídios (PECs 186 e 188)

- Aprovação de créditos suplementares geram regras de contenções (PECs 186 e 188)

- Redução de despesas com cargos em comissão (PEC 186)

- Fim da garantia de correção do orçamento estabelecida na EC 95/2016 (PECs 186 e 188)

- Extinção de fundos para pagamento da dívida (PEC 187)

- Relativização dos direitos sociais (PEC 188)

- ‘Ajuda’ a Estados e Municípios não pode servir para pagamento de pessoal (PEC 188)

- Fim da garantia de revisão geral de remuneração aos servidores (PEC 188)

- Garantia de que todo superávit seja aplicado na amortização da dívida (PEC 188)

- Desvinculação constitucional das verbas para educação e saúde (PEC 188)

servidores públicos, como, por exemplo, a extinção da garantia constitucional de revisão geral anual de remuneração.

A última PEC, da “Revisão dos Fundos”, prevê a desvinculação, “ao propor a possibilidade de extinção de todos os fundos orçamentários infraconstitucionais que, no prazo de dois anos, não forem convalidados por meio de lei complementar”

As novas regras, se aprova-

das integralmente, criam mecanismos de redução de direitos e têm o mesmo viés da “Reforma da Previdência” e que certamente embasará a futura “Reforma Administrativa”: a contenção de receitas produzida diretamente pela extração de salários e proventos de servidores ativos, aposentados e pensionistas, com o objetivo de fomentar a atividade financeira e alimentar os credores da dívida pública

OS SERVIDORES PÚBLICOS NÃO SÃO OS VILOES DA HISTORIA



Reforma Administrativa e o desmonte do Estado

A Reforma Administrativa, que na prática já foi antecipada pela PEC 186, será feita em várias etapas e proposições legislativas, e observará algumas etapas.

Não se conhece ainda o seu conteúdo, mas a julgar por notícias divulgadas pelas autoridades da equipe econômica, ela consistirá:

- 1) no enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos;
- 2) na redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo;
- 3) na redução de jornada com redução de salário;
- 4) na instituição de carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores;
- 5) em planos de demissão incentivada ou mesmo colocar servidores em disponibilidade, em casos de extinção de órgãos, cargos e carreiras;
- 6) na redução do salário de ingresso dos futuros servidores;
- 7) no fim das progressões e promoções automáticas, condicionando-as a rigorosas avaliações

- de desempenho;
- 8) na adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho;
- 9) na ampliação da contratação temporária, em caso de necessidade; e

- 10) na autorização para a União criar fundações privadas, organizações sociais e serviço social autônomo — cujos empregados são contratados pela CLT — para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo

convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social.

Os mitos sobre o estado e o serviço público no Brasil

Estado inchado

Um mito bastante difundido diz respeito ao inchaço do estado. Essa é uma afirmação feita em todos os lugares, de uma conversa entre amigos até as altas autoridades do país.

Esse argumento, entretanto, não é verdade. De acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2015, o Brasil tinha 12,1% da sua população empregada atuando no serviço público. Esse percentual está abaixo da média mundial (21,3%) e bem inferior ao de países como a Dinamarca (34,9%), Grã-Bretanha (35,5%) e Canadá (20,4%)

O dinheiro do governo acabou

O principal argumento do governo para o corte de verbas em áreas fundamentais para a garantia dos direitos do povo brasileiro é a falta de recursos. Para isso, as

equipes econômicas dos governos de Temer e Bolsonaro comparam o orçamento do estado ao orçamento familiar.

Esse tipo de comparação é equivocada porque o governo, ao contrário das famílias, pode incrementar a renda com alterações nos tributos. Além disso, uma parte dos gastos do governo retorna em forma de impostos e que esses gastos podem agir favoravelmente sobre a atividade econômica.

Além disso, o Tesouro possui cerca de R\$ 1,2 trilhão em caixa. O Banco Central também tem cerca de R\$ 1 trilhão, além de R\$ 1,5 trilhão de reservas internacionais. Ou seja, dinheiro existe. O problema é para onde ele está indo.

As reformas irão aquecer a economia

Em 2015, quando a crise econômica veio, o centro das discussões sobre a recuperação passavam pela aprovação do teto

de gastos (com e EC 95/16) pela Reforma Trabalhista, pelas terceirizações e pela Reforma da Previdência. Agora o mesmo argumento é usado para Reforma Administrativa. As alegações são que iniciativas que agradassem o “mercado” criariam um ambiente mais favorável para os negócios.

O que se vê, entretanto, é que as medidas de austeridade e as reformas implementadas tem se mostrado ineficientes para a solução da crise. Apesar do índice de confiança empresarial ter aumentado, a PEC do teto dos gastos, as reformas aprovadas não tem surtido efeito. Ao contrário, aumentou a desigualdade social e o desemprego.

Ou seja, o fim dos direitos e os cortes promovidos na educação e saúde, além de tornar a vida do povo cada vez mais difícil, não tem entregado o resultado prometido pelas equipes econômicas dos governos.

BALANÇO DE ATIVIDADES

Sindicato atuante nas lutas e na defesa da categoria

Manter uma relação próxima com os filiados é dever de qualquer entidade sindical e uma necessidade para o atual período de ataques que as instituições federais de ensino (IFEs) e o serviço público tem enfrentado. Com essa perspectiva, o SINT-IFESgo se empenhou em pro-

mover reuniões e em atender aos chamados da categoria.

Até o final do mês de novembro foram 41 reuniões em locais de trabalho nas três instituições. Uma média de uma reunião por semana. Além disso, foram realizadas sete encontros com reitores das três IFEs goianas e seis reuniões com direto-

rias de unidades, com o objetivo de levar as demandas dos TAEs para as administrações.

O sindicato também manteve seu protagonismo entre as entidades dos movimentos sociais, com 19 reuniões de fóruns, participação ativa em todas as greves nacionais e chamamentos da Fasubra, atividades represen-

tativas e caravanas a Brasília, além de representações dentro e fora das IFEs.

Manter a proximidade com a base e, ao mesmo tempo, integrar a articulação com os movimentos sociais e populares. Este é o caminho para enfrentarmos os grandes desafios que a conjuntura nos impõe.

1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	OUT E NOV
REUNIÕES COM ENTIDADES SINDICAIS E ESTUDANTIS - SEIS	REUNIÃO DE DIREÇÃO - SETE	ASSEMBLEIA GERAL - QUATRO	REUNIÃO COM TAES - SETE (SIASS-UFG, BIBLIOTECA SETORIAL-UFG, VIGILANTES-UFG, EVZ-UFG, IPTESP-UFG, UFJ, DAD-UFG)
REUNIÃO SOBRE UNIMED/ADUFG - DUAS	REUNIÃO COM PARLAMENTARES - UMA	CONSELHO DE DELEGADOS - UMA	REUNIÃO COM ENTIDADES SINDICAIS E ESTUDANTIS - DUAS
ATIVIDADES NACIONAL DA FASUBRA - DUAS	DEBATES NAS IFES SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA - OITO	REUNIÃO COM ENTIDADES SINDICAIS E ESTUDANTIS - SEIS	ATOS E MANIFESTAÇÕES DE RUA - UMA
ATIVIDADES REPRESENTATIVAS NAS IFES - DUAS	REUNIÃO COM ENTIDADES SINDICAIS E ESTUDANTIS - CINCO	REUNIÃO COM REITORIA - QUATRO (IFG E UFG)	ASSEMBLEIA SOBRE UNIMED/ADUFG - UMA
CONSELHO DE DELEGADOS - TRÊS	REUNIÃO COM TAES - DEZ (UFJ, REITORIA IFG, REITORIA UFG, NEPEV-UFG, REITORIA IF GOIANO, FEFD-UFG, IQ-UFG, EAEA-UFG, PROEC-UFG, IFG INHUMAS)	REUNIÃO COM TAES - DEZESSEIS (IFG ANÁPOLIS, CIS-IFG, HERBÁRIO-UFG, REITORIA IFG, HC-UFG, FAV-UFG, SIASS-UFG, UFG APARECIDA, IFG APARECIDA, IQ-UFG, REITORIA IF GOIANO, FEFD-UFG, BC-UFG, DIREITO-UFG)	GREVE DE 48 HORAS - UMA
REUNIÃO COM TAES - OITO (PRAE-UFG, SIBI-UFG, CIS-UFG, VIGILANTES-UFG, IFG GOIÂNIA OESTE, DAD-UFG, SIASS-UFG, CAMPUS APARECIDA-UFG)	ASSEMBLEIA ESPECÍFICA NO HC - UMA	ATOS E MANIFESTAÇÕES DE RUA - UMA	GT ACESSIBILIDADE - SINT-IFESgo - UM
ATIVIDADES REPRESENTATIVAS EXTERNAS - DUAS	REUNIÃO COM REITOR - UMA (IF GOIANO)	GREVE DE 24 HORAS	ATIVIDADES DA FASUBRA - DUAS (SEMINÁRIO JURÍDICO, ENCONTRO DE APOSENTADOS)
ATOS E ATIVIDADES DE RUA - DUAS (CAMPUS SAMAMBAIA-UFG, REITORIA-UFG)	CONSELHO DE DELEGADOS - TRÊS	REUNIÃO COM DIRETORES DE UNIDADES - TRÊS (SEINFRA-UFG, PRODIH-IFG, SDH-UFG)	ATIVIDADE EM BRASÍLIA - DUAS (FERNTE PARLAMENTAR DO SERVIÇO PÚBLICO, CARAVANA)
REUNIÃO DE DIREÇÃO - SETE	ATOS E ATIVIDADES DE RUA - QUATRO (PRAÇA DO BANDEIRANTE, 1º DE MAIO, GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO, PARALISAÇÃO DOS TAES)	DEBATE SOBRE O FUTURE-SE - UMA	CONSELHO DE DELEGADOS - DUAS
REUNIÃO COM REITORIA - DUAS (IF GOIANO)	REUNIÃO COM DIRETORIAS DE UNIDADES - TRÊS (PROPESSOAS-UFG, SIASS-UFG, SDH-UFG)	CARAVANA A BRASÍLIA - UMA	AUDIÊNCIA PÚBLICA - UMA
REUNIÃO COM PARLAMENTARES - DUAS	ASSEMBLEIA GERAL - DUAS	PARTICIPAÇÃO NO CONSUNI	
ATIVIDADE EM BRASÍLIA - DUAS	ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA		
POSSE DO CONIF	PARTICIPAÇÃO NO CONSUNI		
ASSEMBLEIA GERAL - TRÊS	ATIVIDADES REPRESENTATIVAS NAS IFES - UMA (POSSE FEFD)		
	ATIVIDADES REPRESENTATIVAS EXTERNAS - DUAS		

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A fatura da Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, já começará a fazer efeito na vida dos servidores públicos em breve. A partir de março de 2020, as novas alíquotas de contribuição começarão a ser cobradas.

O artigo 11 do texto aprovado, por sua vez, determina o aumento da alíquota de contribuição de que tratam os artigos 4º, 5º e 6º da Lei 10.887/04, inci-

dentes sobre a remuneração dos servidores ativos e dos proventos de aposentados de pensionistas, que passa de 11 para 14%.

Entretanto, as taxas são progressivas, ou seja, cobradas apenas sobre a parcela do salário que se enquadrar em cada faixa, o que faz com que o percentual de fato descontado do total dos ganhos (a alíquota efetiva) seja menor.

Confira abaixo as alíquotas que serão cobradas a partir de março de 2020:



FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA PROGRESSIVA	ALÍQUOTA EFETIVA
Até 1 salário mínimo	7,5%	7,5%
R\$ 998,01 a R\$ 2.000	9%	7,5% a 8,25%
R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000	12%	8,25% a 9,5%
R\$ 3.000,01 a R\$ 5.839,45	14%	9,5% a 11,68%
R\$ 5.839,46 a R\$ 10.000	14,5%	11,68% a 12,86%
R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000	16,5%	12,86% a 14,68%
R\$ 20.000,01 a R\$ 39.000	19%	14,68% a 16,79%
Acima de R\$ 39.000	22%	Superior a 16,79%

TURNOS CONTÍNUOS

Consuni-UFG aprova resolução dos turnos contínuos e categoria conquista nova vitória

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (Consuni - UFG) aprovou a resolução nº 24/2019, que regulamenta os Turnos Contínuos no dia 8 de novembro. O documento, longamente debatido entre a categoria e com a instituição, permite a ampliação dos locais que poderão fazer turnos contínuos na universidade.

A resolução é uma pauta e uma conquista histórica da categoria. Com ela será possível ampliar e melhorar o atendimento à comunidade, garantindo também maior qualidade de vida para os TAEs. O documento também

traz segurança jurídica para os órgãos e unidades onde os turnos contínuos já estão implementados.

Essa pauta, entretanto, ainda não está vencida. O docu-



mento aprovado não contemplou diversas demandas apresentadas pelo sindicato. Essas demandas são fruto de um longo acúmulo de debates realizados nos locais de trabalho, em assembleias.

A principal discordância entre categoria e a gestão da universidade diz respeito ao que é considerado “atendimento ao público”. Os TAEs consideram que atender a população e toda comunidade acadêmica (TAEs, docentes e estudantes) é o entendimento correto e de acordo com a lei 11.091/2005.

Esse entendimento é fundamental para que os turnos contínuos sejam ampliados para mais setores da UFG e contemplem uma quantidade maior de TAEs. O SINT-IFESgo, comemora essa vitória, mas continuará lutando para que essa e outras conquistas sejam ampliadas.

SOCIAL

Um sindicato a serviço dos(as) filiados(as)

Além da luta política em defesa dos direitos da categoria e da educação, o sindicato sempre manteve, desde a fundação da ASUFEGO, uma grande preocupação em garantir o bem estar e facilidades para os(as) filiados(as).

Quando a associação se transformou em sindicato, a entidade buscou estabelecer convênios com empresas de diversos setores para garantir uma ampla gama de facilidades para os(as) TAEs.

Um exemplo importante disso são os convênios na área de saúde. Hoje o(a) TAE filiado(a) tem acesso a descontos em diversos procedimentos. Alguns exames, por exemplo, custam



SINT-IFESgo inaugura CT João Alcione em sua Sede Social

R\$ 2,80. Além disso, o valor da guia das consultas médicas é de R\$ 85,00.

Existem ainda parcerias com academias, colégios, óticas, pet shops, postos de combustíveis, farmácias, clubes e pousadas em cidades turísticas,

lojas de pneus, entre outras.

Quando o servidor se filia ao sindicato, não só contribui com a luta por melhores salários, condições de trabalho, defesa das instituições federais de ensino e de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ele tam-

bém tem acesso a essa rede de convênios.

O SINT-IFESgo também se empenha para garantir um espaço onde a categoria possa praticar esportes e ter momentos de lazer com a família. Nessa perspectiva, foi inaugurado, no aniversário de 46 anos do sindicato, o Centro de Treinamento João Alcione, em homenagem ao ex-presidente. O CT conta agora com banheiros, vestiários, arquibancada e alambrado para receber melhor jogos dos(as) filiados(as)

Para saber mais sobre a rede de serviços oferecidos pelo SINT-IFESgo, basta ir a sede administrativa do sindicato ou entrar em contato através do telefone (62) 3261-4465.



Boas Festas!

A direção do SINT-IFESgo deseja a todos(as) boas festas. Um ano novo significa 365 novas oportunidades de fazer sua história ficar ainda melhor.

Só iremos resistir aos ataques do governo se você participar das lutas junto com o SINT-IFESgo.

SINT-IFESgo

SINT-IFESgo

Expediente

Jornal do SINT-IFESgo
Ano 3 - Nº 5 - Dezembro de 2019

Coordenação Geral

Fernando César Mota

Coord. de Imprensa e Comunicação

Ailton de Souza Meira

Texto:

Artur Dias

Fotografia:

Arquivo SINT-IFESgo

Edição:

Artur Dias e Fernando Cesar Mota

Editoração:

Comunicação SINT-IFESgo

Impressão:

Gráfica Vereda

Tiragem:

2.500 unidades

Endereço das sedes do SINT-IFESgo

Administrativa: 5º Avenida, nº 1213, Setor Leste Universitário - CEP: 74.605-040 - Fone: (62) 3261-4465

Social: Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia - CEP: 74.691-310 - Goiânia - GO - (estrada velha para a Cidade Nova Veneza) - Fone: (62) 9.8306-3200

www.sint-ifesgo.org.br

@SINT-IFESgo

facebook.com/SINT-IFESgo

@sintifego